

# Δ influência da hermenêutica na Análise Crítica do Discurso

Cleide Emília Faye Pedrosa<sup>1</sup>

## Introdução

Análise Crítica do Discurso (ACD) vem, aos poucos, crescendo no Brasil. Fairclough, um dos grandes nomes da ACD que trabalha com a corrente social do discurso, apresentou seu modelo tridimensional de análise do discurso em 1992 e só em 2001, esse seu relevante trabalho é traduzido para o Brasil através da UnB. O seu livro, então, recebendo a tradução *Discurso e Mudança social* torna-se a referência primeira dos estudos da ACD aqui entre nós. Em 1999, Chouliaraki e Fairclough apresentam um novo modelo para a análise das mudanças sociais, mas só em 2006 é que começamos a ter os primeiros contatos com essa proposta através de livros publicados que expõem esse novo modelo. Os estudiosos dessa área, que tiveram acesso a publicações em línguas estrangeiras, puderam também verificar o modelo em Fairclough (2003) em um texto publicado em espanhol.

---

<sup>1</sup> Profa. Adjunta do Departamento de Letras UFS. Coordenadora da implantação programa de Mestrado em Letras da UFS.

Esse trabalho pretende ser mais uma contribuição nessa área de investigação. Assim, é que exemplificada pelo gênero textual Frase<sup>2</sup>, nossa análise buscará estudar a ‘A influência da hermenêutica sobre a análise interpretativa da análise crítica do discurso’, postura metodológica autorizada em ACD, tendo em vista esta compreender a hermenêutica como um método para apreender e produzir relações significativas. Para tal, buscaremos traçar um quadro teórico do texto e do discurso, com objetivo de introduzir as propostas da Análise Crítica do Discurso; depois demonstrar o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, como uma proposta de uma teoria social do discurso, visando à análise da mudança discursiva em seu contexto sócio-histórico; e por fim a hermenêutica e sua aplicação em uma análise interpretativa em exemplares textuais do gênero Frase.

## 1. Quadro teórico de estudos do texto e do discurso

Um estudo resumido de algumas teorias que estudam o texto e o discurso será traçado neste tópico, com objetivo de introduzir as propostas da Análise Crítica do Discurso.

Com o surgimento e consolidação da Linguística Textual (LT), os estudos lingüísticos avançaram dos estudos da frase (Linguística Estrutural) para os estudos do texto (TATIT, 2004), estava, assim, instaurado um novo paradigma de análise. Houve uma corrida na elaboração de análises transfrásticas e de gramáticas textuais; nestas últimas, se instaurava o texto como objeto da Linguística. “Neste período, postulava-se o *texto* como unidade teórica formalmente construída, em oposição ao *discurso*, unidade funcional, comunicativa e intersubjetivamente construída” (BENTES, 2000, p. 249, grifos do autor). Outra con-

---

<sup>2</sup> Frase como gênero foi defendido em Pedrosa (2005).

tribuição para a consolidação desse novo paradigma foi a elaboração de uma Teoria do Texto que desse conta da competência textual do falante, propondo-se a “investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos em uso” (IDEM, 251). Evoca-se, neste momento, o papel do contexto pragmático (VILELA; KOCK, 2001), noção que engloba um conjunto de condições externas ao texto, quais sejam: produção, recepção e interpretação dos textos. Além da concepção de contexto, a noção de textualidade contribui também para substituir a proposta da gramática textual.

Os estudos no nível discursivo do texto apontam para o surgimento de novas propostas em análise no campo da linguagem. “A análise do discurso vai além da dimensão da palavra ou da frase e se preocupa com a organização global do texto; examina as relações entre a enunciação e o discurso enunciado e entre o discurso enunciado e os fatores sócio-históricos que o constroem” (BARROS, 2003, p. 187). Entre as propostas de análise do discurso, faremos uma incursão, primeiro, na semiótica. Nesses estudos, há uma preocupação com o que o texto diz e quais os mecanismos que constroem os seus sentidos, esses mecanismos englobam organização linguística, organização discursiva, relações do texto com a sociedade e com a história. Nas palavras de Barros:

A semiótica distingue texto e discurso. O discurso é a última etapa da construção dos sentidos no percurso gerativo da significação. É nessa etapa que a significação se apresenta de forma mais concreta e complexa. O discurso pertence, portanto, ao plano do conteúdo dos textos. O texto, por sua vez, distingue-se do discurso por ter conteúdo (o do discurso) e expressão. A expressão também organiza por um percurso que vai do mais simples ao mais complexo (BARROS, 2003, p. 209).

Dentro deste quadro, podemos apontar o papel da Teoria da Enunciação que teve como precursor Bakhtin e impulsionador, Benveniste. O principal aspecto dessa teoria é a valorização das condições de produção (enunciação) – tempo, lugar, papéis desempenhados pelos interlocutores, objetivos visados na interlocução, entre outros.

Continuando, apontamos a Análise do Discurso Francesa (AD). Pêcheux é seu pioneiro, e trabalha o discurso como um conjunto de enunciados, sem, no entanto, abandonar a questão da enunciação. No momento de consolidação desta teoria (3ª fase), a “partir dos trabalhos de Foucault, Bakhtin, Lacan e outros, começa-se a perceber que a marca mais característica dos discursos é a polifonia: eles têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos, ou seja, são ‘atravessados’ por muitos discursos” (VILELA; KOCK, 2001, p. 429). A AD se configura, assim, como o estudo das “produções verbais no interior de suas condições sociais de produção” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 2002).

Na pesquisa atual (última década do séc. XX e primeira do séc. XXI), podemos distinguir algumas orientações que privilegiam determinados objetos de estudo: a teorização do discurso; os gêneros do discurso; construção de ideologias; os lugares e construção dos discursos (linguagem dos políticos, discurso das instituições, discurso social); as marcas enunciativas e de organização formal.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) vai surgir, na visão de Fairclough (2001), a partir dos campos não abordados ou cobertos pela AD e pela Lingüística Crítica (LC)<sup>3</sup>. A AD enfatiza a perspectiva social, relegando a análise lingüística; enquanto, a LC destaca a

---

<sup>3</sup> Na década de 70, na Grã-Bretanha, um grupo de lingüistas desenvolveu uma “lingüística crítica”, ao articular as teorias e os métodos de análise textual da “lingüística sistêmica”, de Halliday, com teorias sobre ideologias.

análise lingüística, porém, com pouca ênfase nos conceitos de ideologia e poder. Na verdade, para Fairclough, ambas apresentam uma visão estática das relações de poder, enfatizando o “papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos lingüísticos na reprodução das relações de poder existentes” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 20). O fato é que as lutas e as transformações de poder não mereceram a atenção necessária, considerando-se a linguagem e seu papel.

## 2. Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos e metodológicos para a investigação em ciências sociais

Duas obras são marcantes para os estudos que apresentam uma percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social que se conecta dialeticamente a outros elementos sociais: *Linguistic Processes in Sociocultural Practice* (KRESS, 1988) e *Language and Power* (FAIRCLOUGH, 1989). Mais tarde, em 1992, Fairclough publica *Discourse and Social Change*. Nesta obra, é consolidado o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (MAGALHÃES, 2001, p. 16) e “a proposta de uma teoria social do discurso, visando à análise da mudança discursiva em seu contexto sócio-histórico”. Trata-se de uma proposta aberta à análise de diversas práticas na vida social, sendo “capaz de mapear relações entre os recursos lingüísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva de análise, o discurso é concebido como o uso da linguagem, como uma forma de prática social, implicando tanto modo de ação quanto de representação. Discurso e estrutura social se estabelecem dialeticamente. “Com base nos estudos de Foucault, o conceito também é usado para se referir aos modos diferentes de se estruturarem áreas de conhecimento e prática social” (MAGALHÃES, 2001, p. 17).

Compreender o uso que fazemos da linguagem como prática social implica também em entender esse uso como um modo de ação historicamente situado, que é constituído na sociedade como é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistema de conhecimento e crenças (RESENDE; RAMALHO, 2006).

No modelo de ACD de Chouliaraki e Fairclough (apud FAIRCLOUGH 2003), o objetivo é refletir sobre a atual mudança social, sobre mudanças gerais de grande escala e acerca da possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas já cristalizadas na vida social (RESENDE; RAMALHO, 2006). A fim de atingir essas práticas emancipatórias, encontramos como marco analítico da Análise Crítica do Discurso, o esquema apresentado por Fairclough (2003, p. 184):

- a. Centralizar-se em um problema social que tenha um aspecto semiótico. Os problemas geralmente envolvem relações de poder “na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dando o caráter crítico da teoria” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36).
- b. Identificar os elementos que lhe põem obstáculos com o fim de abordá-los, mediante as análises:
  - da rede das práticas em que estão localizados – verificando a configuração de práticas das quais o discurso em questão faz parte;
  - da relação de semiose que mantém com outros elementos da prática particular na qual está inserido – enfatizando os momentos da prática em destaque no discurso;

- do discurso - orientada para a:
  - análise estrutural – orientada para a “relação da instância discursiva analisada com *ordens do discurso* e sua recorrência a *gêneros; vozes e discursos* de ordens de discurso articulados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 36);
  - análise interacional – relação dos recursos lingüísticos com a prática social, aborda as formas de utilizar a linguagem na interação.
  - análise interdiscursiva – refere-se às diferentes variedades discursivas;
  - análise lingüística e semiótica – baseada na lingüística sistêmica de Halliday e na leitura de outras linguagens (visual, por exemplo).
- c “Considerar se a ordem social (a rede de práticas) ‘reclama’ em certo sentido o problema ou não” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 184, tradução nossa, destaque do autor).
- d Identificar as possíveis maneiras de superar os obstáculos. A finalidade deste tópico é “explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, por meio das contradições das conjunturas” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 37).
- e Refletir criticamente sobre a análise. Toda pesquisa em ACD deve ser reflexiva, deve se perguntar se estar contribuindo ou não para a emancipação social, ou se está comprometida ou não com sua própria posição no que se refere as práticas acadêmicas.

Esse modelo de análise substitui o modelo tridimensional apresentado em Fairclough 2001<sup>4</sup> e aponta para um caráter emancipatório da disciplina, pois segundo Resende e Ramalho (2006, p. 37-38): possibilita maior abertura nas análises; instiga,

mais que o modelo tridimensional, o interesse de práticas problemáticas decorrentes de relações explanatórias”; e apreender melhor a “articulação entre discurso e outros elementos sociais na formação de práticas sociais.

Embasada nesse caráter emancipatório da disciplina, que traz como consequência uma maior abertura na análise e maior direcionamento para as práticas sociais, vamos proceder nossa análise com o gênero Frase. Outro aspecto que se apresenta fundador de nossa análise é o que encontramos em Meyer (2003, p. 38, tradução nossa):

Quanto aos métodos e procedimentos utilizados para as análises dos discursos, a ACD considera, por regra geral, que seu procedimento é um processo hermenêutico, ainda que esta característica não seja completamente evidente na posição que adotam alguns autores.

---

<sup>4</sup> Para trabalhar com o discurso, Fairclough (2001, p. 100) sugere uma análise tridimensional, explicando que qualquer evento ou exemplo de discurso pode ser considerado, simultaneamente, um texto (análise lingüística), um exemplo de prática discursiva (análise da produção e interpretação textual) e um exemplo de prática social (análise das circunstâncias institucionais e organizacionais do evento comunicativo).



### 3. O gênero textual em análise

O gênero Frase é constituído de micro-textos e envolve em sua prática discursiva os processos de retextualização e recontextualização. No primeiro, o editor fragmenta ou estabelece um recorte do evento comunicativo escolhido, segundo seus propósitos ou os da instituição a que serve. O segundo processo é o da recontextualização. Ao descontextualizar o evento comunicativo, o editor necessita definir um novo contexto, o que denominamos de recontexto, por ser de sua inteira responsabilidade, por não passar para o leitor a segurança da legitimidade da contextualização. No dizer de Abramo (2003, p. 28):

*A descontextualização é uma decorrência da seleção de aspectos. Isolados como particularidades de um fato, o dado, a informação, a declaração perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagonico ao significado real original.*

Esclarecedor também é o posicionamento de Resende e Ramalho (2006, p. 32):

*as formas simbólicas veiculadas na mídia são desencaixadas de seus contextos originais e recontextualizadas em diversos outros contextos, para aí serem decodificadas por uma pluralidade de atores sociais que tem acesso a esses bens simbólicos.*

Exemplo do gênero:

(Tudo, 7/12/01) *“Eu não sou um pedaço de carne de açougue. Também tenho cérebro, só que ele é pequenino”.*

Nana Gouvêa, modelo eliminado de um programa televisivo de então, Casa dos Artistas, do SBT

## 4. A hermenêutica e a análise interpretativa em ACD

### 4.1 influência da hermenêutica na análise interpretativa em ACD

A postura metodológica em ACD, como já apresentada, nos autoriza a fazer uma análise interpretativa com base na hermenêutica, pois segundo Meyer (2003, p. 38, tradução nossa), esta situa sua metodologia mais na hermenêutica que na tradição analítico-dedutiva, e o autor continua explicando que “a hermenêutica pode ser compreendida como um método para apreender e produzir relações significativas”.

Boas fontes para se estudar a hermenêutica são, entre outros, os discursos jurídicos, filosóficos, e religiosos, vamos respaldar nossa pesquisa nos dois últimos. E em relação ao tópico de análise, vamos nos orientar, principalmente, pelo último tipo.

Do campo da Filosofia, podemos verificar alguns posicionamentos relevantes para nossa pesquisa. Segundo Paul Ricoeur (apud ANDRIOLI, 2006, p. 5), “A hermenêutica deve superar a dicotomia danosa, herdada de Dilthey, entre ‘explicar’ e ‘compreender’”. Ela deve seguir o caminho do distanciamento como condição para a interpretação, sem com isso negar a historicidade. Por exemplo, o distanciamento de um texto, no ato de sua leitura, é que permite a sua interpretação. O texto ganha autonomia depois de escrito, ganha *vida própria* até mesmo em relação ao autor e, até para este, quando lê novamente sua produção teórica, é perceptível um novo sentido. “Essa é a riqueza da hermenêutica, o sentido da interpreta-

ção que gera a pluralidade dos atos de leitura e escrita” (ANDRIOLI, 2006, p. 5). Aqui ocorre a identificação da presença da crítica na hermenêutica: “Podemos ver nessa liberação a mais fundamental condição para o reconhecimento de uma instância crítica no interior da interpretação. Porque, aqui, o distanciamento pertence à própria mediação. O distanciamento revelado pela escrita já está presente no próprio discurso que mantém, em germe, o distanciamento do dito ao dizer” (PAUL RICOEUR apud ANDRIOLI, 2006, p. 5).

Ao distanciamento podemos associar o posicionamento crítico e reflexivo da ACD em relação ao seu objeto de análise. Nesse contexto, entende-se crítica, segundo Wodak (2003), como o resultado de certa distância dos dados, considerados na perspectiva social e mediante uma atitude política e centrada na autocrítica.

#### 4.2. A análise interpretativa em ACD: o caso do gênero Frase

Estabeleceremos, como fio condutor deste tópico, algumas características que identificamos sobre este gênero:

- Os textos do gênero Frase, na maioria, dos casos, foram deslocados de uma outra categoria de gênero: entrevistas; publicidade, ação judicial, carta, diário etc.
- Os textos são resultados de *recortes* promovidos pelo editor.
- A maioria dos textos fazia parte de eventos comunicativos mais amplos.
- As *falas* passaram pelo processo de retextualização.
- O contexto situacional global é resumido através do processo de recontextualização.
- O leitor recebe os exemplares textuais segundo a compreensão e conclusões do editor para aquele evento comunicativo.
- A visão que o leitor tem do *locutor* é o resultado do que ele recebeu do editor e sua experiência de mundo e de leitura.

Esse resumo sobre as características desse gênero será um subsídio para abordarmos a complexa questão sobre a interpretação de um texto, assunto que intensifica ainda mais sua complexidade ante o gênero em estudo.

A fim de facilitar a construção da significação de um texto, é importante que os leitores invistam na identificação do projeto de escrita (ou fala) do autor. Quando se sabe qual o campo de interesse do autor sobre o que escreve, qual sua visão de mundo; então o leitor tem mais segurança de que suas hipóteses de leituras serão confirmadas. Do mesmo modo que o autor/editor tem seu projeto de produção, o leitor também apresentará seu projeto de leitura. Na maioria das vezes, os projetos de produção e de leitura são complementares; autor e leitor comungam das intenções comunicativas. Esta comunhão facilita a interação entre eles mediada pelo texto (e contexto).

Nessa perspectiva, vemos que a leitura não é um ato solitário; é uma interação verbal entre indivíduos socialmente definidos; o leitor com seu universo e seu papel na estrutura social, suas inter-relações com os outros e sua relação com o mundo que o cerca; o autor (ou o editor), também com seu universo, seu papel definido na estrutura social e suas relações com os outros e com o mundo; e entre os dois encontra-se o texto.

Temos que considerar no trato do gênero textual Frase que os projetos de leitura e compreensão apresentam a nuance de esse ser um gênero recebido pelo leitor via terceiros (editor). Se ponderarmos o posicionamento de Marcuschi (2001) em relação à transposição de um gênero para outro, (de uma modalidade para outra), vamos verificar que a compreensão do gênero anterior é fundamental para realizar tal tarefa.

para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente *compreender* o que foi que esse

alguém disse ou quis dizer. Portanto, antes de qualquer atividade de transformação textual, ocorre uma atividade cognitiva denominada *compreensão*. Esta atividade, que em geral se ignora ou se dá por satisfeita e não problemática, pode ser a fonte de muitos problemas no plano da coerência no processo de retextualização (MARCUSCHI, 2001, p. 47).

Um outro aspecto levantado por Marcuschi (2001) é de que, quando falamos em *compreender*, não está inferido que seja *compreender bem*, tendo em vista a compreensão ser um processo cognitivo de apropriação tanto dos conteúdos vinculados e sugeridos quanto de sentidos, mediante uma intervenção direta sobre o apreendido. O ato de produzir a partir da leitura de um texto é um ato de compreendê-lo, porém não de *compreendê-lo bem*. Compreender bem um texto é uma atividade *particular e especial*, segundo o pensamento do referido lingüista.

Do discurso religioso, fomos buscar mais alguns posicionamentos para uma leitura hermenêutica do texto. É claro que iríamos filtrar as orientações segundo as necessidades de um analista do discurso. Do livro de Douglass (2002), julgamos pertinentes para nosso trabalho considerar algumas das questões tratadas. Muitas das questões se inserem nos tópicos referentes às pistas internas e externas evocadas pelo contexto.

#### 4.2.1 Regras internas e externas de interpretação

Abordando especificamente sobre contexto imediato ou co-texto (pistas internas para o autor), temos nas palavras de Douglass (2002, p. 388): “Do ponto de vista interno, geralmente obtemos uma visão clara do ‘que’ um autor quis dizer lendo as palavras, frases, parágrafos e até mesmo os capítulos que circundam a declaração confusa.”

Continuando, “Do ponto de vista externo, fazemos outras perguntas capazes de nos ajudar a entender, tais como: quando, onde, por que, e talvez, como?” (DOUGLASS, 2002, p. 388). Com algumas adaptações e enxugamento das regras específicas para o discurso religioso, aqui seguem as regras externas (DOUGLASS, 2002, p. 394-405):

- 1 - Inclua tudo que o escritor disse sobre o assunto antes de tirar uma conclusão. Essa regra é apresentada para evitar as discordâncias e evitar que as pessoas/leitores vejam apenas o que querem ver. Tal fenômeno é chamado de ‘fixação de paradigmas’, assunto relacionado com pressuposições.
- 2 - “Cada declaração deve ser compreendida dentro de seu contexto histórico. Devem-se estudar o tempo, o lugar e as circunstâncias sob as quais a declaração foi feita, a fim de compreender-se o seu sentido.”
- 3 - “Devemos estar certos de que as supostas citações foram de fato escritas pelo autor a quem são atribuídas.”
- 4 - Devemos considerar o princípio do ‘julgamento suspenso’. Nem tudo pode ser compreendido à primeira vista.

Explicando e exemplificando os tópicos, teríamos:

- 1 - “A dificuldade que separa pensadores que examinam a mesma informação é que suas pressuposições são diferentes” (DOUGLASS, 2002, p. 394). As pressuposições podem, em muitos casos, dirigir o leitor para ‘ver’ apenas o que está interessado em ver, relegando o que o autor escreveu sobre determinado tópico. Essa *fixação de paradigmas* norteia a mente naquilo que o leitor quer ver. “Antigamente, chamávamos esse fenômeno de ‘atitude’. São essas atitudes profundas, muitas vezes não verbalizadas, que, na maioria dos casos, determinam as nossas conclusões” (DOUGLASS, 2002, p. 394, grifo nosso).

Os editores apresentam uma *nuvem flutuante de pressuposições* sobre a *fala* do locutor, haja vista as diferentes recontextualizações que são construídas para a mesma *fala*. Cada um é norteado por uma *fixação de paradigmas*, o que é mais relevante para um editor, pode não o ser para outro.

Exemplos:

(IstoÉ, 23/05/01) “*Drogas são prejudiciais à saúde*”

Fernandinho Beira-Mar, traficante, em depoimento à Comissão de Direitos Humanos no Congresso

(Veja, 16/05/01) “*Não fumo, não bebo, não cheiro, não jogo. Droga é prejudicial à saúde.*”

Fernandinho Beira-Mar, traficante carioca preso na Colômbia, em depoimento na Câmara dos Deputados

Em (I), com o uso de plural em *drogas*, o efeito de sentido é que faz alusão a todo tipo de drogas (fumo álcool, etc); enquanto em (V), como há, na primeira parte da retextualização, uma listagem de *ações* que se referem ao uso de diferentes drogas, então provavelmente o uso no singular refere-se a apenas um tipo de droga. Retomando a retextualização de (I), o editor prefere apagar o posicionamento do locutor através de uma estrutura lingüística impessoal – ‘Drogas são prejudiciais à saúde’, é como se o locutor estivesse assumindo a voz da consciência social; no entanto, (V) destaca a subjetividade do locutor ao negar várias ações, argumentos necessários para reforçar a estrutura lingüística impessoal final, bem como para reforçar sua defesa diante de seu interlocutor institucionalizado – Câmara dos Deputados/ Comissão de Direitos Humanos no Congresso. Com isso, o editor consegue explicitar a estratégia discursiva e social do locutor. Ele fala o que seu interlocutor gostaria de escutar ou que poderia amenizar sua *face* diante do interlocutor. Verifica-se, deste modo, que os editores fi-

xam paradigmas bem distintos ao reinterpretar a fala do locutor para o leitor no gênero Frase.

2. “Nestes dias em que versões diferentes de um fato podem ser colocadas com facilidade diante da opinião pública, a maioria das pessoas já teve suas declarações mal compreendidas por terem sido tiradas do contexto. Com que frequência se ouve uma pessoa citada indevidamente queixar-se: ‘Mas não foi isso o que eu quis dizer!’ Ou: ‘Eu disse isso, mas não incluíram tudo quanto eu disse!’.” (DOUGLASS, 2002, p. 395). Vejamos a confirmação da citação:

A - ‘Mas não foi isso o que eu quis dizer!’

(Época, 21/05/01) “*Estou feliz com meus peitinhos sinceros.*”

Nívea Stelmann, atriz, sobre a hipótese de aumentar os seios com silicone

Talvez tenha sido isso:

(IstoÉ, 23/05/01) “*Estou feliz com os meus peitinhos pequenos, mas sinceros*”

Nívea Stelmann, atriz, afirmando que não pensa em colocar silicone nos seios

B- ‘Eu disse isso, mas não incluíram tudo quanto eu disse!’”

(Época, 05/03/01) “O título de homo ou heterossexual só serve para pesquisas e dados estatísticos”

Tuca Andrada, ator

Talvez o outro editor tenha sido mais fidedigno?

(Istoé, 01/03/01) “O Brasil é marcado por uma grande diversidade sexual. Os rótulos de hetero ou homossexual só servem para pesquisas e dados estatísticos”



Tuca Andrada, ator

3. “toda figura pública já passou pelo problema de enfrentar pessoas inflexíveis sobre o que ‘sabiam’ que o orador ou o escritor havia dito” (DOUGLASS, 2002: 402). “Na maior parte das vezes, ela (a pessoa contendora) obteve a informação de terceiros” (Douglass, 2002: 402). Direcionando essas citações para os textos em estudo, observa-se que, na realidade, o leitor está recebendo a *fala* via (terceiros) editores. Os editores são responsáveis por seccionar as *falas*, o problema reside em onde fazer esses recortes para não proceder a *enquadres desfocados*, prejudicando a visão que o leitor possa vir a ter do locutor por meio de sua *fala*, todavia, talvez seja esse *enquadre desfocado* (termo das aulas de MARCUSCHI em 2003) o objetivo comunicativo/ intencional do editor. A proposta seria de que se evitem recortes epistemológicos preconceituosos e dicotômicos, porém esse não é o caso em nossos textos.

Prováveis *enquadres desfocados*:

(Tudo, 07/12/01) “Eu não sou um pedaço de carne de açougue. Também tenho cérebro, só que ele é pequenininho”  
Nana Gouvêa, modelo eliminada do programa Casa dos Artistas

Talvez o editor da revista Istoé tenha sido mais generoso com a locutora ao fazer o corte antes da caracterização que o locutor dá de seu cérebro, ou seja, tenha buscado preservar a *face* da locutora.

(Istoé, 05/12/01) “*Eu não sou apenas um pedaço de carne de açougue. Também tenho cérebro*”

Nana Gouvêa, modelo, eliminada do programa Casa dos artistas e magoada com o SBT por ter exibido as cenas em que ela aparecia seminua

4. Devemos considerar o princípio do ‘juízo suspenso’. Nem tudo pode ser compreendido à primeira vista, por isso as conclusões definitivas podem ser adiadas. Quando não tiramos conclusões precipitadas, sempre há a possibilidade de concluirmos de forma diferente. “Forçar uma interpretação porque alguém acha que tudo *deve* ser compreendido vai certamente levar a uma interpretação errônea” (DOUGLASS, 2002, p. 405, grifo do autor). Podemos considerar, nesse caso, que conhecimentos e experiências são progressivos.

O caso do *juízo suspenso* poderia ser resolvido pelo leitor ao confrontar o mesmo texto em veículos diferentes, contudo, esta é uma prática pouco rentável. E mesmo assim, não garantiria que a conclusão a que o leitor chegou é coerente com o ponto de vista do locutor e/ou se o ponto de vista do locutor é aceitável socialmente.

(Época, 21/05/01) “Na TV, os programas são mais dirigidos para as mulheres. Tenho certeza de que são elas que mandam em casa”.

Daniel Filho, diretor de TV

(Tudo, 20/05/01). “A mulher é quem manda na televisão em casa. O homem pega carona, é mais fingido”.

Daniel Filho, diretor de televisão e autor do livro *O Circo Eletrônico*, ao jornal *O Globo*

Envolvendo um aspecto social ainda muito controverso, a voz masculina que afirma a *certeza* de que as mulheres é que mandam em casa é a *mesma* que afirma que as mulheres mandam na televisão. Com certeza, houve uma interpretação diferente por parte dos editores, ou melhor, houve manipulação da fala do locutor. Na verdade, o leitor *suspende seu juízo*, ou a conclusão de sua interpretação, pois não tem segurança de quem está passando a informação correta.

## Conclusões

Através de uma leitura interpretativa, orientada pela hermenêutica, podemos apontar para o papel desempenhado pelos editores em nossa sociedade. Os textos do gênero em análise, muitas vezes, são recortados para *caberem nas seções*. O verbo *caber*, aqui, tem duplo sentido, um, concreto, referente ao espaço físico, outro, abstrato, relativo ao *espaço* ideológico (BERGER, 2002). Em suma, o editor retira palavras ou as substitui por sinônimos, *limpa e enxuga* o texto, a fim de fazer com que ele tenha o *tamanho* adequado para a coluna ou seção, ou o *tamanho* adequado para caber na ideologia da linha editorial. Nesse contexto, muitas vezes, o locutor tem sua fala descaracterizada, pois, via de regra, o editor passa a ter domínio sobre o discurso que cita (MOUILLAUD, 2002).

No gênero Frase, a manipulação efetuada pela linguagem institucional, representada pela voz do editor, transforma a pessoa representada pela voz do locutor como uma forma peculiar de *perdedor* (não aquele necessariamente advindo de uma classe social desprivilegiada, por exemplo), pois a ela não se oferecem mais condições de se *defender* da construção textual oferecida aos leitores. Cabe ressaltar com Meyer que o:

enfoque da ACD oscila entre uma atenção preferente à estrutura e uma atenção preferente à ação. Ambas estratégias deveriam resolver o problema estabelecido: a ACD deveria procurar objetivos de emancipação por todos os meios, e deveria centrar-se em problemas que se enfrentam ao que vagamente se pode designar como a questão dos ‘perdedores’ existentes no seio das formas particulares de vida social. (MEYER, 2003, p. 47, TN).

Se considerarmos como “discurso autoritário aquele em que se abafam as vozes dos percursos em conflito, em que se perde a ambigüidade das múltiplas posições, em que o discurso se cristaliza e se faz discurso da verdade única, absoluta, incontestável” (BARROS, 1999, p. 6), então podemos concluir que, pelos aspectos analisados, as ‘frases’ representam um gênero textual marcadamente autoritário. O editor, ao pôr em destaque sua própria voz, enfraquecendo, ao mesmo tempo, a do locutor, estabelece uma relação assimétrica, pois a voz que tem poder é, também, a última que é ouvida.

O consumo desse texto, grandemente influenciado pela visão de mundo do editor, principalmente na recontextualização, é movido pelas redes de distribuição, ligadas às práticas editoriais. Assim a prática social desse gênero análise evidencia o poder, a ideologia, as vozes sociais e a naturalização dos recortes estabelecidos pela mídia.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. 2006. A crítica da hermenêutica e a hermenêutica crítica. Site: [http://www.espacoacademico.com.br/024/24res\\_and.htm](http://www.espacoacademico.com.br/024/24res_and.htm)
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Estudos do discurso. IN: FIORIN, José Luiz (org). Introdução à lingüística: princípios de análise. v. II. São Paulo: Contexto, 2003, p. 187-219.
- BENTES, Anna Christina. Lingüística Textual. IN: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução á lingüística: domínios e fronteiras. v. I. São Paulo: Cortez, 2000, p. 245-287.
- BERGER, Christa. Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar, e o anunciante aprovar, a gente publica. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D (orgs.). O jornal: da forma ao sentido. 2. ed, Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 273-284.

- DOUGLASS, Herbert E. Mensageira do Senhor. *Tatuí*, SP: Casa Publicadora. 2002.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Universidade de Brasília. 2001.
- \_\_\_\_\_. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.
- MAGALHÃES, Célia Maria. A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: \_\_\_\_\_. (org.). Reflexões sobre análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG. 2001.
- MARCUSCHI, Luiz A. Fala e escrita. Recife (apostila). 2003.
- \_\_\_\_\_. Gêneros textuais: o que são e como se constituem. Material cedido pelo autor. 2000.
- MEYER, Michel. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. Métodos de análisis crítico del discurso. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 35-59.
- MOUILLAUD, Maurice. 2002. O sistema de citações. In: \_\_\_\_\_.; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). O jornal: da forma ao sentido. 2. ed, Brasília: Universidade de Brasília, p. 117-144.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. As grandes teorias lingüísticas: da gramática comparada à pragmática. São Carlos/SP: Claraluz. 2006.
- PEDROSA, Cleide Emília Faye. Gênero Textual Frase: Marcas do editor nos processos de retextualização e recontextualização. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2005. Disponível no site da Biblioteca da UFPE.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de Discurso Crítica. São Paulo: Contexto. 2006.
- TATIT, Luiz. Abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org). Introdução à linguística: princípios de análise. v. I. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-209.
- VILELA, Mário; KOCK, Ingedore Villaça. Gramática da Língua Portuguesa. Coimbra: Almedina. 2001.